



Instituto Federal de Brasília
Campus Samambaia
Curso Educação Profissional e Tecnológica para Diplomados

DANUSA BENEDITA LISBOA

**A Educação Fundamental no Quilombo Mesquita: como é; como
deveria ser e como podemos aprimorar?**

Brasília
2022

DANUSA BENEDITA LISBOA

A Educação Fundamental no Quilombo Mesquita: como é; como deveria ser e como podemos aprimorar?

Monografia apresentada ao Curso de Educação Profissional e Tecnológica para Diplomados do *Campus Samambaia* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília como requisito para obtenção de grau Licenciada em Educação Profissional e Tecnológica para Diplomados. Orientadora: Prof. Dra. Andreia Maria da Silva França

Brasília
2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECADO CAMPUS
SAMAMBAIA DO IFB**

Bibliotecária: Gracielle Ribeiro – CRB 1/2128

L769 Lisboa, Danusa Benedita
A educação fundamental no Quilombo Mesquita :
como é; como deveria ser e como podemos aprimorar? /
Danusa Benedita Lisboa -- Brasília, 2022.
34 f. : il.

Monografia (Licenciatura em Educação
Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2022.
Orientadora: Andreia Maria da Silva

1. Quilombolas - Educação. 2. Projeto político-
pedagógico. 3. Identidade cultural. 4. Processo de ensino-
aprendizagem. I. Silva, Andreia Maria da. II. Título.

DANUSA BENEDITA LISBOA

A Educação Fundamental no Quilombo Mesquita: como é; como deveria ser e como podemos aprimorar?

Monografia apresentada ao Curso Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do *Campus Samambaia* do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Pós-Graduada.

Orientador (a): Dra. Andreia Maria da Silva

França

Aprovado em: 01 de agosto de 2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andreia Maria da Silva França – Orientadora

Profa. Dra. Luiza Mader Paladino – Orientadora

Profa. Msc. Priscila Pereira Mendes Nascimento – Orientadora

Dedico esse trabalho a minha mãe e minha filha.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela oportunidade dada.

A minha mãe, Genilce Maria das Dores Lisboa, pela minha existência, por me ajudar cuidando da minha filha para que eu estudasse e realizasse mais esse sonho de fazer pós-graduação em uma instituição pública,

A minha filha Esther Beatriz Lisboa Silva, por ser toda fonte de minha perseverança e determinação.

A minha irmã, Dalila Lisboa, seu esposo Claudio Andrade e ao meu sobrinho Ítalo Lisboa pelo apoio, amor e compreensão.

A minha orientadora, Profa. Dra. Andreia Maria da Silva França, pelo apoio educacional.

Ao Instituto Federal de Brasília – *Campus Samambaia*, pela oportunidade de me dar uma formação, profissão e de qualificar minha carreira.

Ao corpo docente do Curso de Licenciatura Educacional Profissional e tecnológica pelas informações recebidas e conhecimentos adquiridos em suas disciplinas.

Aos membros da banca examinadora pela análise crítica do meu trabalho.

A todos os professores da Escola Municipal Alípio Pereira Braga que me cederam um pouco do tempo para responder meus questionamentos e dúvidas.

A todos os meus amigos que torcem pelas minhas conquistas e sempre estiveram ao meu lado me dando muita força.

Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei.

SALMO 91

RESUMO

No Brasil existem comunidades que resistiram durante muito tempo o período de escravidão e/ou surgiram após o fim do período escravocrata e essas populações são denominadas Comunidades Remanescentes Quilombolas. Possuem uma forma particular de organização social, cultural, educacional e histórica. Com isto, este estudo tem como objetivo investigar como se constitui a educação fundamental na comunidade quilombola Mesquita - localizada no município de Cidade Ocidental/GO - e sua influência no fomento ao reconhecimento e valorização da cultura afrodescendente local e da identidade dos sujeitos. Fruto de uma pesquisa bibliográfica, este texto faz uma abordagem sobre a maneira como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9395/96), Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica influencia na educação ofertada na escola da comunidade. Essas diretrizes foram utilizadas como base para a construção do Plano Municipal de Educação do município de Cidade Ocidental - Decênio 2015-2025 - além disso, é tratado na discussão desse documento como estas diretrizes são aplicadas no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alípio Pereira Braga. A análise realizada revelou que a escola referida conta com um Projeto Político Pedagógico que abrange a questão quilombola, mas que ainda há muito a ser executado e retirado do papel para que de fato aconteça a inclusão da comunidade no ambiente escolar. Assim, fica sob responsabilidade da escola fazer as adequações curriculares necessárias para contemplar as especificidades socioculturais de cada comunidade tradicional. Por outro lado, entendemos que o Projeto Político Pedagógico, enquanto documento normativo, precisa contemplar de forma mais densa as discussões inerentes à diversidade no sentido de contribuir com a implementação de uma educação de qualidade e com um processo de ensino e aprendizagem transformador.

Palavras-chave: Educação quilombola; Quilombo Mesquita; Identidade; Projeto político pedagógico; Processo educacional

ABSTRACT

In Brazil there are communities that resisted the period of slavery for a long time and/or emerged after the end of the slavery period and these populations are called Quilombola Remnant Communities. They have a particular form of social, cultural, educational and historical organization. With this, this study aims to investigate how elementary education is constituted in the quilombola community Mesquita - located in the city of Cidade Ocidental / GO - and its influence in promoting the recognition and appreciation of the local Afro-descendant culture and the identity of the subjects. As a result of a bibliographical research, this text approaches the way in which the Law of Directives and Bases of Education (9395/96), the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities and the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education influences the education offered in the community school. These guidelines were used as a basis for the construction of the Municipal Education Plan for the municipality of Cidade Ocidental - Decênio 2015-2025 - in addition, it is discussed in the discussion of this document how these guidelines are applied in the Political Pedagogical Project of the Municipal School Alípio Pereira Braga. The analysis carried out revealed that the mentioned school has a Political Pedagogical Project that covers the quilombola issue, but that there is still a lot to be done and to be taken off paper so that the inclusion of the community in the school environment actually takes place. Thus, it is the responsibility of the school to make the necessary curricular adaptations to contemplate the sociocultural specificities of each traditional community. On the other hand, we understand that the Political Pedagogical Project, as a normative document, needs to cover more densely the discussions inherent to diversity in order to contribute to the implementation of quality education and a transformative teaching and learning process.

Key- Words: *Quilombola education; Quilombo Mosque; Identity; Pedagogical political project; educational process*

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	13
2.1 Objetivos específicos	13
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
3.1 O ensino fundamental no Brasil	13
3.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica	17
3.3 O ensino nas comunidades quilombolas	18
3.4 A IDENTIDADE CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	20
3.4.1 A questão terra	20
3.4.2 Contexto geográfico e histórico	21
3.4.3 Contexto social e político	22
4. METODOLOGIA	26
4.1 Quilombo Mesquita, Escola e população	26
4.2 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS E ANÁLISES DOS DADOS	30
4.2.1 Plano Municipal de Educação – Cidade Ocidental/GO – Decênio 2015-2025	30
4.2.2 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alípio Pereira Braga	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
5.1 Projeto interdisciplinar	41
5.2 Galeria de fotos	43
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	44
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

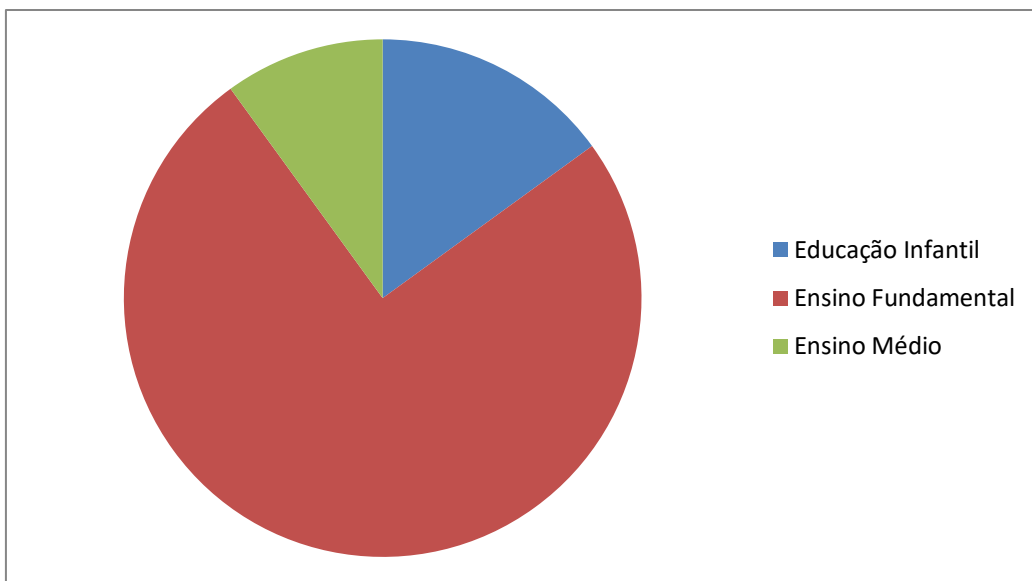
1. INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são grupos sociais que desenvolvem seus próprios meios de vida que estão sempre ligados ao seu território. As comunidades remanescentes de quilombo foram formadas a partir de aglomeração de pessoas escravizadas libertas após a Lei Áurea ou até de pessoas escravizadas que fugiam de seus senhores. Tais comunidades possuem grandes dimensões políticas, sociais e culturais. Seu território possui características históricas no contexto geográfico, cultural e educacional (Neres, 2016).

Segundo o decreto 4.887/03, de 20 de novembro de 2003, o termo quilombo pode ser definido da seguinte forma: Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Em relação à educação é possível observar que o número de escolas quilombolas está abaixo do esperado no Brasil existem 2.526 escolas quilombolas, ou seja, quase não existem escolas situadas em territórios quilombolas. O IBGE não tem uma estimativa dessa população, mas calcula que o Brasil possua 5.972 localidades quilombolas, distribuídas em 1.676 municípios brasileiros (IBGE, 2019).

Segundo ao CNE (2020) consta que embora as escolas quilombolas estejam situadas há pouco tempo no cenário educacional brasileiro, em função de circunstâncias históricas, confere-se número significativo de escolas em funcionamento em seus respectivos territórios. Essa quantidade, no entanto, não evidencia sob que condições as escolas funcionam, qual a qualidade de manutenção destas, sendo relevante destacar a questão da responsabilidade, da manutenção e da oferta regular pelos sistemas de ensino municipais.



Fonte: Censo Escolar – Inep, 2019

As comunidades quilombolas fazem parte de toda história do Brasil, a população negra participou de toda formação cultural, religiosa e econômica do país. Porém tais feitos ainda não são valorizados e com isso a população negra ainda nos dias atuais sofre as mazelas por ter sido um povo escravizado e desumanizado por tantos anos (Neres, 2016).

Durante muitos anos ocorreram debates sobre a educação oferecida para a população quilombola e se seus direitos eram realmente assegurados. Por volta de 1980 à questão quilombola, foram debatidas pelo sistema político brasileiro e no ano de 1988 os quilombos tornaram-se matéria constitucional. (Moura, 2001, Gomes, 2003)

A Fundação Cultural Palmares informa que existem um total de 3 mil comunidades quilombolas certificadas. Esse número tende a ser muito maior, pois muitas comunidades rurais e urbanas foram identificadas, porém ainda não ocorreu a certificação.

Através da certificação fica reconhecido que os quilombos têm seus direitos respeitados e sua história deverá ser contada através da educação que é um direito de todos e um dever do estado (Brasil, 1988). Porém a educação é dever do estado, mas não deve ser pensada apenas por ele e nesse sentido, segundo Hoflig (2001) as formas de interferência do Estado, visam à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem ‘feições’ diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar o Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

A educação quilombola deverá ser construída em conjunto com a comunidade e levando em consideração os saberes coletivos do local. O ambiente escolar deve reconhecer o território e a comunidade deve fazer parte da construção educacional. Educação Escolar Quilombola deve ser desenvolvida em ambientes educacionais localizados dentro do território, a cultura de seus ancestrais deve servir como base e com uma pedagogia própria étnico-cultural de cada comunidade, reconhecendo-a e valorizando-a (BRASIL, 2013, Gomes, 2003).

Entretanto, o que muitas vezes acontece é a não consideração da cultura e com isso as propostas educacionais passam longe da realidade vivida pelos estudantes. Conforme Brandão (1981) “a educação é como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”.

Conforme o Ministério da Educação (2013) a oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação; porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recai sobre esses coletivos afetam a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e a terra.

Além disso, parte-se do princípio que a educação é dever da família e do Estado, vinculado com os princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana. Possui a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para a cidadania e para o mercado de trabalho (BRASIL, 1996).

A educação quilombola precisa demonstrar a igualdade entre a comunidade e a escola, os valores sociais devem ser referência, a cultura, a história da comunidade deve ser preservada e demonstrada dentro do ambiente escolar (BRASIL, 2013).

A educação quilombola deve ser construída através do compartilhamento dos conhecimentos e dos saberes entre todos. Esses saberes devem acontecer através da aproximação da comunidade com o ambiente escolar, a educação quilombola precisa reconhecer o território e o meio de vida da comunidade e com isso a comunidade fará parte do processo educacional (BRASIL, 2013).

Existe um sério problema de acesso à política pública a educação voltada para as comunidades quilombolas, certa falta de incentivo interfere radicalmente na qualidade do ensino ofertado pela rede pública de ensino. Como a rede municipal não se preocupa em democratizar o ensino quilombola, a cultura da comunidade é deixada de lado, o ensino fica descentralizado da realidade vivida pelos alunos da comunidade.

É nesse sentido que se insere esse trabalho, que tem como objetivo principal investigar como se constitui a educação na comunidade quilombola Mesquita e sua influência no fomento ao reconhecimento e valorização da cultura afrodescendente local e da identidade dos sujeitos.

2. OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é investigar como se constitui a educação fundamental na comunidade quilombola Mesquita - localizada no município de Cidade Ocidental/GO - e sua influência no fomento ao reconhecimento e valorização da cultura afrodescendente local e da identidade dos sujeitos.

2.1 Objetivos Específicos

* Focalizar/verificar se a proposta pedagógica no Plano Municipal de educação contempla as metas, as estratégias e os conteúdos voltados para a vivência da comunidade do Quilombo Mesquita;

* Analisar se o PPP da escola atende aos pressupostos da educação escolar quilombola.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica enfatizará o ensino fundamental no Brasil, o ensino educacional nas comunidades quilombolas, a identidade cultural destas comunidades no ensino fundamental e por fim as diretrizes para a educação quilombola.

3.1 O ensino fundamental no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9395/96) define as características da educação básica no Brasil, o ensino fundamental deve ser gratuito e obrigatório nas escolas públicas e deve ser iniciado aos 6 anos de idade por todas as crianças. Tem como objetivo a formação básica e cidadã do indivíduo. Também é ofertado de forma gratuita na educação de jovens e adultos. Possui a duração de 9 anos e carga-horária mínima de 800 horas anuais e são distribuídas em pelo menos 200 dias letivos.

O Ensino Fundamental é como uma base para as demais etapas da formação educacional e tem caráter fundamental no desenvolvimento acadêmico, individual, pessoal, coletivo e social das crianças. Nestas fases são inseridos os conceitos educacionais de uma sociedade e também onde as crianças aprendem a ler e a escrever

(LDB, 1996). No artigo 32 da LDB é evidenciado o formato do Ensino Fundamental no Brasil.

O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, é obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LDB, 1996).

No ano de 2006 houve uma alteração na LDB e o ensino fundamental passou a ter 9 anos de duração. A alteração ocorreu nos artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006. A Lei nº 11.274 determina que o ensino fundamental, antes com oito séries, passe a ter nove – os alunos entram na escola e iniciam sua alfabetização aos seis anos, ao invés de sete. A lei foi publicada em 2006, os municípios, estados e o Distrito Federal tiveram o prazo de 4 anos para colocarem a Lei em vigor. O ensino fundamental passou a ser dividido em anos iniciais - ocorre do 1º ao 5º ano e anos finais – ocorre do 6º ao 9º ano.

Outro ponto importante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) consta que, o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei.

É notória a importância da adequação do calendário escolar com o ambiente em que a escola está inserida, levando em consideração as adaptações e peculiaridades da vida desses alunos no meio onde vivem.

O ensino Fundamental é regrado por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental que deixa claro que a educação é um

direito civil por ser garantida pela legislação brasileira como direito do indivíduo e isso independe de sua situação econômica, social e cultural. Outro ponto levantado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental é o direito à diferença e o direito de grupos específicos esta demanda foi levantada através dos movimentos sociais. E assim sendo respeitadas as diferenças que fazem parte do tecido social e assegurando a sua expressão.

Segundo o Ministério da Educação (2013) o direito à diferença, assegurado no espaço público, significa não apenas a tolerância ao outro, aquele que é diferente de nós, mas implica a revisão do conjunto dos padrões sociais de relações da sociedade, exigindo uma mudança que afeta a todos, o que significa que a questão da identidade e da diferença tem caráter político.

O acesso ao Ensino Fundamental é um direito fundamental do cidadão, pois é o que garante o mínimo de formação do indivíduo e faz parte do crescimento pessoal, social e político do cidadão. E o fornecimento de um acesso à educação digna e de qualidade é dever do Estado fazendo com que o cidadão tenha um processo adequado de escolarização.

O Ministério da Educação (2013) reafirma que é dever do Estado, dos sistemas de ensino e das escolas assegurarem que todos a ela tenham acesso e que a cursem integralmente, chegando até à conclusão do processo de escolarização que lhe corresponde.

Também encontramos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental os princípios norteadores que são as políticas educativas e ações pedagógicas, sendo elas: éticas, políticas e estéticas.

O currículo das escolas também possui grande importância e deve ser construído com a realidade do aluno e sua inserção dentro da comunidade. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010), uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

Os movimentos sociais quilombolas buscam em suas lutas uma educação que contribua para o crescimento humano, um diálogo com os saberes locais e não apenas os científicos que são encontrados dentro do ambiente acadêmico. A cultura faz parte

desse grupo e trás a identidade, costumes, festas, religião, músicas, ou seja, sua história de vida. Que possui ligação direta com o projeto de uma educação quilombola, essa consiste em levar a cultura e saberes da comunidade para dentro do ambiente escolar.

Dentre os princípios da Educação Escolar Quilombola que confirmam o que os movimentos sociais buscam, podemos destacar ações no Art. 8º das Diretrizes a serem ofertadas no espaço escolar: VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas; VIII - implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas; IX - efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças; X - garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas. (BRASIL, 2012, Art. 8º).

E através disso a escola tem a função de educar, cuidar e acolher esse aluno que são de diferentes grupos sociais e sempre buscar por estratégias que atendam da melhor forma possível as características da comunidade em que a escola está inserida.

O Plano Nacional de Educação que tem como base a Lei nº 10.172/2001 e tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2021 veio para complementar o de 2012 e estabelece em seu artigo primeiro que: A presente Resolução complementa as disposições da Resolução CNE/CEB nº 1, de 23 de janeiro de 2012, visando estabelecer diretrizes operacionais para orientar a implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação. Sendo que a ADE é uma forma de colaboração instituída entre Municípios, em articulação horizontal, visando a assegurar

o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico (CNE, 2021).

O CNE tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade. Suas atribuições são formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira. (CNE, 2022).

3.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica

A Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, definiu as diretrizes para a educação quilombola. A resolução foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio da Silva, atendendo aos pedidos do então Movimento Negro e de estudiosos que são comprometidos com a causa. A Lei 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e visa um novo modelo de educação, a construção de um novo modelo educacional que prioriza os desejos da comunidade e seu modo de viver. O inciso I, do Artigo 1º, a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica organiza o ensino e prioriza, a memória coletiva, as línguas remanescentes, os marcos civilizatórios, as práticas culturais, as tecnologias e formas de produção do trabalho, os acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas e da territorialidade.

Segundo Campos e Gallinari (2017), as escolas quilombolas só foram regulamentadas a partir das DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), como afirmam: [...] buscando compreender a espacialização dessas escolas e sob quais circunstâncias a Educação Escolar Quilombola está inserida. [...] Conclui-se, portanto, que uma escola quilombola de qualidade pode garantir o empoderamento de suas crianças e jovens, garantindo a continuidade da luta de seus ancestrais. A consequência não pode ser outra que não a melhoria das condições do povo negro dessas comunidades.

O currículo para o Ensino Fundamental Brasileiro tem uma base nacional comum, que deve ser complementada por cada sistema de ensino, de acordo com as

características regionais e sociais, desde que obedçam às diretrizes explicitadas em lei.

Segundo a Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2021) o Projeto Político Pedagógico deve ser a forma de a escola incluir saberes ancestrais. Levando em consideração que a educação quilombola é produtora de conhecimento científico. As ações devem ser elaboradas de forma participativa, envolvendo o coletivo de escola e comunidade.

Para que seja efetivado o acesso das comunidades quilombolas a uma educação quilombola de qualidade a Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2021) diz que é necessário à construção de um currículo que reconheça as raízes, percursos transculturais, a identidade e a cultura do povo afro-brasileiro contemporâneo. É imprescindível dar visibilidade à história das populações quilombolas, suas lutas históricas, passadas e presentes, além de estimular nos jovens o sentimento de pertencimento e orgulho de ser quilombola.

No Art. 34 O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

Todavia o acesso a uma educação de qualidade irá sanar as injustiças que o povo negro vem sofrendo desde o período escravocrata brasileiro. Neste sentido, SOARES, (2016) afirma que a Educação Escolar Quilombola, como uma política afirmativa, irá atuar no sentido de estancar definitivamente o lastro de injustiças sociais impostas a esse grupo. Tal política afirmativa deve garantir que os alunos quilombolas não tenham apenas o acesso à escola, mas que consigam permanecer nela e obter êxitos, e que essa Escola tenha sentido para suas vidas.

3.3 O ensino nas comunidades quilombolas

O Quilombo é um ambiente de resistência e no Mesquita não acontece diferente. Os Quilombolas têm exigido das autoridades locais melhorias na educação¹, que contribui para um melhor acesso ao mercado de trabalho. Dentro da comunidade ainda é

¹ As escolas noturnas representaram, no período em questão, uma estratégia de desenvolvimento da instrução pública, tendo em seu bojo poderosos mecanismos de exclusão, baseados em critérios de classe (excluía-se abertamente os cativos) e de raça (excluía-se também os negros em geral, mesmo que fossem livres e libertos) (GONÇALVES E SILVA, 2000, pág. 136).

notório o espírito de luta por acesso a educação de qualidade e por trabalhos dignos (CONAQ, 2003). Com este mesmo pensamento o conceito de quilombo pelo estado se torna mais amplo a fim de abranger e reparar os danos causados a esses cidadãos que viviam à margem da sociedade.

Portanto, O'DWYER (1995) fala que contemporaneamente, que o termo quilombo não se refere a resíduos resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consiste em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

Uma escola quilombola deve preservar os saberes da comunidade e interligar o ensino educacional moderno na elaboração dos conteúdos que deverão ser ministrados. É necessário construir um projeto educativo amplo levando em consideração a cultura, o comportamento e o meio em que a escola está inserida. Esses professores serão responsáveis pela formação cidadã e o fortalecimento da comunidade (CONAQ, 2003). É necessário verificar que as comunidades estão inseridas bem próximas dos meios urbanos e essa proximidade irá influenciar no meio de vida dessas pessoas é de suma importância capacitar e adequar os professores para essa realidade. Fazendo com que os professores utilizem essa proximidade para demonstrar as realidades que podem ser encontradas.

Alguns objetivos foram instituídos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNE, 2011).

- I- Orientar os sistemas de ensino e as escolas de Educação Básica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de seus projetos educativos;
- II- Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a
- III- Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;

IV- Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico (CNE, 2011).

A educação brasileira é baseada em tendências pedagógicas, que são a forma em que o professor irá apresentar as aulas para os alunos. Silva (2018) nos fala que tendências pedagógicas são pensamentos que falam de como a educação pode ser apresentada, existem dois modelos: o progressista e o liberal. O liberal quer manter a sociedade da maneira em que está e a progressista coloca a educação como ferramenta transformadora da nossa sociedade.

As tendências sofreram sua maior influência de acordo com o momento político e cultural em que o país se encontrava. Dois professores destacaram Saviani (1997) e Libâneo (1990), suas ideias mostraram as principais reflexões sobre as tendências pedagógicas usadas na educação brasileira. (Silva, 2018).

As orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica determinam que a Educação Escolar Quilombola seja desenvolvida em unidades educacionais inseridas em suas próprias terras. É notório observar que as políticas públicas voltadas para os povos quilombolas devem considerar o contexto histórico, as políticas sociais, a cultura e a educação das comunidades. A educação quilombola deve ser acompanhada pelo poder público, pelas comunidades e suas organizações, desse modo são necessárias levar em conta todos os aspectos, não apenas os normativos, burocráticos e institucionais. (BRASIL, 2013). Sendo assim a educação quilombola deve ser baseada na cultura dos povos antepassados, com um ensino próprio e de acordo com os saberes da comunidade com cada vez mais valorização e respeito.

3.4 A IDENTIDADE CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

3.4.1 A questão terra

No Brasil, a resistência dos povos africanos escravizados e seus descendentes formaram as chamadas comunidades remanescentes de quilombos que são consideradas comunidades tradicionais por sua forma particular de organização social e características específicas de uso e ocupação do território e utilização dos seus recursos naturais.

O Quilombo Mesquita se originou da doação das terras pelo senhor José Jerônimo de Mesquita, um português que explorou pela primeira vez a área no ano de 1850, após o fim da corrida do ouro este fazendeiro perdeu o interesse pelas terras e fez a doação para três escravas livres e a partir daí o povoado foi constituído. A comunidade se desenvolveu em torno da agricultura familiar e do cultivo do marmelo. E isso nos leva ao maior problema enfrentado pelas populações quilombolas: o direito à terra.

Através de muitas lutas e pressões populares as comunidades quilombolas conquistaram a partir da Constituição Federal de 1988, o direito de obter o registro oficial da propriedade coletiva do território onde desenvolvem seus saberes, cultura, atividades sustentáveis, ambientais e econômicas. Os quilombos são exemplos de territórios que transmitem a cultura negra e popular, sendo locais de resistência.

3.4.2 Contexto geográfico e histórico

Os Quilombos no Brasil se organizam a partir deste princípio de coletividade, num contexto onde a resistência dos povos africanos escravizados e seus descendentes – que formam as chamadas comunidades remanescentes de quilombos – possuem uma forma particular de organização social e características específicas de uso e ocupação do território e utilização dos seus recursos naturais (CONAQ, 2003). Ao observar o modo de vida e caracterização social destas comunidades, existe o diálogo entre os processos sociais e culturais relacionados ao processo de preservação do seu modo de vida, tradições e do seu saber local.

Desta maneira Anjos (2003) afirma que no Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombola” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica.

É possível notar grandes avanços conquistados pelas comunidades quilombolas, porém os desafios ainda são pertinentes, pois são grupos que possuem condições precárias em relação às políticas públicas, falta de documentação de comprovação de

posse de suas terras, desconhecimento de direitos, desemprego e falta de escolaridade (BRAGA et al, 2006) .

Contudo, a história brasileira é contada como se os negros não possuíssem nenhuma capacidade de luta e resistência, porém a formação dos quilombos mostra algo totalmente diferente. Lutaram pelo reconhecimento de serem “libertos” da sociedade escravocrata e lutam pelo reconhecimento de seus direitos. Sendo assim Leite (2000) fala que o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.

Viver em uma comunidade carente tem alguns problemas em relação à educação, pois nesse ambiente é possível notar o afastamento do homem e da mulher negra ao ambiente escolar e conseqüentemente, o quilombo faz parte desse contexto. Mesmo com tudo isso é possível notar a força das entidades negras e dos movimentos sociais em favor do acesso digno à educação de qualidade, a luta contra o analfabetismo e ao acesso ao mercado de trabalho formal.

A educação sempre esteve como forma de ascensão social e nada mais justo que investir no acesso à educação de qualidade e assim melhorar a condição social, cultural e educacional é simplesmente trabalhar a inclusão e assim ocorrerá a ascensão social do indivíduo. E seguindo esta linha de pensamento temo que a primeira condição para a educação inclusiva não custa dinheiro: ela exige uma nova forma de pensar. Precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. (BEYER, 2012).

O movimento negro elegeu, como um dos pontos centrais de suas lutas, o direito à escolarização para essa população historicamente retirada dos bancos escolares. O movimento defende que a educação possui lugar importante na produção de conhecimento sobre si e sobre os outros, além de contribuir para a formação de uma elite intelectual e política (GOMES, 2011).

3.4.3 Contexto social e político

A história dessas comunidades tem ligação direta com o direito à terra e por isso é de muita importância uma política pública com relevância em relação à demarcação e direito de posse de suas terras. Os órgãos fundamentais para o processo de certificação, demarcação e delimitação das comunidades quilombolas são: a Fundação Palmares, o Instituto Nacional de Reforma Agrária, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, o Ministério da Educação, entre outros. Segundo a Fundação Cultural Palmares no Brasil são 3.495 (três mil quatrocentos e noventa e cinco) comunidades remanescentes de quilombo certificadas e dentre essas 69 estão no Estado de Goiás conforme figura 3. O Quilombo Mesquita é uma comunidade certificada desde o ano de 2006 e se encontra no processo de demarcação de seus limites territoriais.

Fig.03 – quadro das comunidades rurais quilombolas de Goiás/2022

UF	Município	Comunidade	Nº processo FCP	Etapa atual processo FCP
GO	Nova Roma	Quilombola Magalhães	01420.000121/2004-3	Certificada
GO	Silvânia	Almeidas	01420.000522/2004-65	Certificada
GO	Cavalcante/Monte Alegre de Goiás/ Teresina de Goiás	Kalunga	01420.000298/1998-11	Certificada
GO	Santa Rita do Novo Destino	Pombal	01420.000307/1999-46	Certificada
GO	Mineiros	Cedro	01420.000307/1999-46	Certificada
GO	São Luíz do Norte	Porto Leucádio	01420.000099/1999-01	Certificada
GO	Minaçu	São Felix	01420.002905/2005-59	Certificada
GO	Cidade Ocidental	Mesquita	01420.000562/2006-79	Certificada
GO	Iaciara/Posse	Baco-Pari	01420.000559/2006- 55	Certificada
GO	Cromínia	Nossa Senhora Aparecida	01420.001148/2006- 87	Certificada
GO	Monte Alegre de Goiás	Pelotas	01420.000244/2005- 27	Certificada
GO	Barro Alto	Fazenda Santo Antônio da Laguna	01420.002306/2006- 16	Certificada
GO	Mineiros	Buracão	01420.002664/2006- 29	Certificada
GO	Aparecida de Goiânia	Jardim Cascata	01420.000120/2007- 11	Certificada
GO	Campos Belos	Taquarussu	01420.001213/2006- 14	Certificada
GO	Campos Belos	Brejão	01420.001212/2006- 20	Certificada
GO	São João D Aliança	Forte	01420.000288/2008- 08	Certificada

GO	Barro Alto/ Santa Rita do Novo Destino	Tomás Cardoso	01420.001175/2007-31	Certificada
GO	Barro Alto	Antônio Borges	01420.001174/2007-96	Certificada
GO	Colinas do Sul	José de Coletto	01420.000010/2009-11	Certificada
GO	Trindade	Vó Rita	01420.000446/2009-01	Certificada
GO	Uruaçu	João Borges Vieira	01420.000011/2009-58	Certificada
GO	Cristalina	Inocência Pereira de Oliveira	01420.001463/2009-57	Certificada
GO	Iaciara	Povoado Levantado	01420.001903/2010-18	Certificada
GO	Mimoso de Goiás	Mimoso	01420.007524/2013-76	Certificada
GO	Padre Bernardo	Sumidouro	01420.005777/2013-13	Certificada
GO	Flores de Goiás	Flores Velha	01420.015245/2013-86	Certificada
GO	Iaciara	Extrema	01420.000935/2014-11	Certificada
GO	Niquelândia	Rufino Francisco	01420.011796/2011-17	Certificada
GO	Santa Rita do Novo Destino	Balbino dos Santos	01420.004623/2014-87	Certificada
GO	Alto Paraíso	Povoado Moinho	01420.013360/2014-05	Certificada
GO	Piracanjuba	Ana Laura	01420.007528/2014-35	Certificada
GO	Professore Jamil	Boa Nova	01420.011634/2014-13	Certificada
GO	Abadia de Goiás	Recanto Dourados	01420.010787/2016-13	Certificada
GO	Simolândia	Castelo, Retiro e Três Rios	01420.012628/2016-45	Certificada
GO	Divinópolis de Goiás	Vazante	01420.013035/2016-04	Certificada
GO	Faina	Água Limpa	01420.013039/2016-84	Certificada
GO	Gianésia	Valdemar de Oliveira	01420.013554/2016-64	Certificada
GO	Cavalcante	Capela	01420.000025/2017-81	Certificada
GO	Cavalcante	São Domingos	01420.000363/2017-13	Certificada
GO	Niquelândia	Rafael Machado	01420.000024/2017-37	Certificada
GO	Palmeira de Goiás	Goianinha	01420.002366/2017-91	Certificada
GO	Itumbiara	Raízes do Congo	01420.004489/2017-67	Certificada
GO	Cavalcante	Dos Morros	01420.005361/2017-11	Certificada
GO	Cachoeira Dourada	Córrego do Inhambú	01420.004421/2017-88	Certificada
GO	Nova Roma e Teresina	Abobreira	01420.001558/2007-17	Certificada
GO	Goiás	Alto Santana	01420.005751/2017-91	Certificada

GO	Pirenópolis	Santa Bárbara	01420.005181/2017-39	Certificada
GO	Posse	Olho d' água da Lapa	01420.101236/2018-11	Certificada
GO	Santa Cruz de Goiás	Mucambo	01420.102326/2018-20	Certificada
GO	Caiapônia	Cristinha	01420.103260/2018-95	Certificada
GO	Niquelândia	Vargem Grande do Muquém	01420.103545/2018-26	Certificada
GO	Matrinchã	São Felix	01420.103262/2018-84	Certificada
GO	Vila Propícia	Cachoeirinha	01420.103541/2018-48	Certificada
GO	Pilar de Goiás	Papuã	01420.103542/2018-92	Certificada
GO	Niquelândia	Turiaçaba	01420.103543/2018-37	Certificada
GO	Corumbá de Goiás	Vale do Rio Corumbá	01420.103544/2018-81	Certificada
GO	Iporá	Pilões	01420.103266/2018-62	Certificada

Fonte: www.palmares.gov.br

O quadro acima demonstra a quantidade de comunidades quilombolas no estado de Goiás e uma das características mais fortes destas famílias é o respeito pelo seu território que é considerado um espaço sagrado e deve a todo o momento ser valorizado. São nesses territórios que são encontradas as memórias e a base material e imaterial da cultura desse grupo. Essa população possui um desenvolvimento sustentável elevado, o uso dos recursos naturais é equilibrado e existe uma preocupação desses povos com o meio ambiente e a sua manutenção para as gerações seguintes. A economia é basicamente de subsistência.

Os povos quilombolas, em sua maioria estabelecidos em zonas rurais, são definidos como comunidades tradicionais brasileiras de acordo com o Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com a definição estabelecida, tais comunidades são definidas por possuírem “formas próprias de organização social, onde ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

Neste sentido Lisboa (2022) diz que ao pensar nos processos de titulação dos territórios quilombolas, isto nos leva a um dos maiores problemas enfrentados pelas populações quilombolas: o direito à terra. Através de muitas lutas e pressões populares

as comunidades quilombolas conquistaram a partir da Constituição Federal de 1988, o direito de obter o registro oficial da propriedade coletiva do território onde desenvolvem seus saberes, cultura, atividades sustentáveis, ambientais e econômicas. Consideradas comunidades tradicionais, os quilombos são exemplos de territórios que transmitem a cultura negra e popular, sendo considerados, por seu histórico, locais de resistência.

Portanto, a relação dos povos de quilombo com a ancestralidade e suas tradições, buscando a manutenção deste modo de vida e saberes.

4. METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho utilizamos da pesquisa do tipo descritiva bibliográfica, tendo sido realizadas leituras de artigos científicos e livros, bem como a leitura detalhada dos instrumentos jurídicos supracitados, buscando identificar se as Diretrizes Curriculares Nacionais estão sendo projetadas na realidade da Comunidade Quilombola Mesquita.

Além disso, buscou-se analisar o Plano Político Pedagógico da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I, assim como, as metas e estratégias encontradas no Plano Municipal de Educação, que planeja o decênio de 2014 a 2024, fazendo assim, um levantamento do que se pode esperar da gestão municipal com relação a melhorias proporcionadas aos quilombolas nos próximos anos.

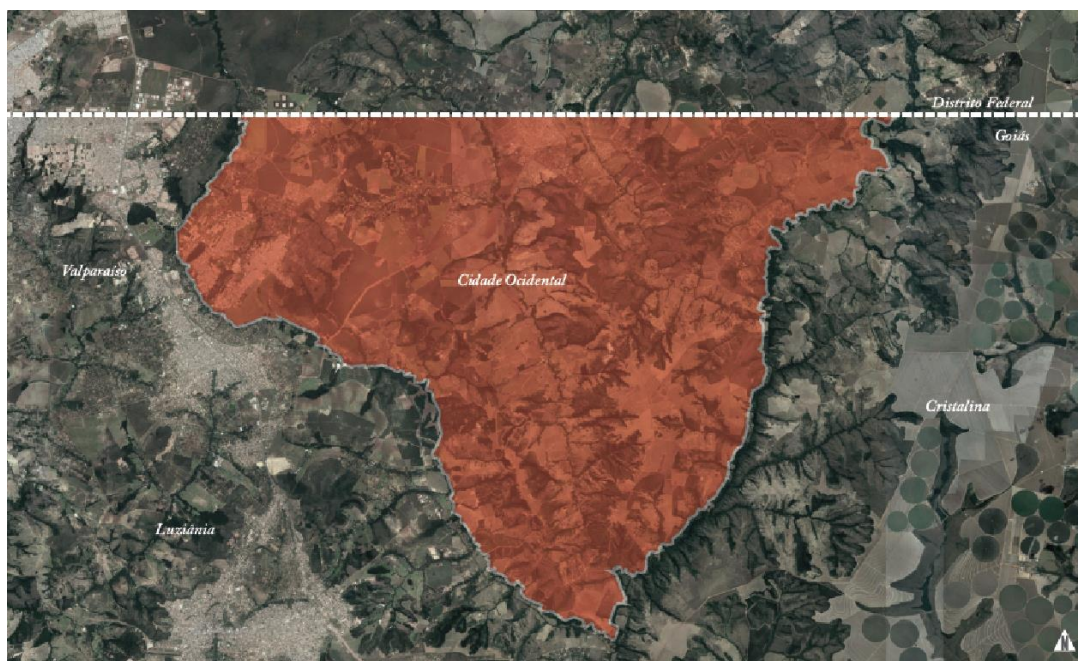
4.1 Quilombo Mesquita, Escola e população

O Quilombo Mesquita se originou da doação das terras a 3 escravas livres e a partir dessas três mulheres o povoado foi constituído. O nome Mesquita é uma homenagem ao doador das terras, o Senhor José Jerônimo de Mesquita, um português que explorou pela primeira vez a área no ano de 1850. O surgimento da comunidade está ligado diretamente com a história de Luziânia, município que foi fundado pelo bandeirante Antônio Bueno de Azevedo. A comunidade se desenvolveu em torno da agricultura familiar e do cultivo do marmelo (Neres, 2016).

O Quilombo Mesquita é uma comunidade que está situada no Estado de Goiás, Cidade Ocidental há aproximadamente 45 km da Capital Federal. Existem poucos trabalhos sobre a comunidade, a história é mais relatada de forma oral, onde é contada a história do surgimento da comunidade que foi através da doação das terras por uma família portuguesa para três escravas. As famílias do Mesquita são definidas em quatro troncos genealógicos: Pereira Braga, Pereira Dutra, Teixeira Magalhães e Lisboa da Costa.

Segundo Neres (2016) é importante ressaltar que muitos quilombolas de Mesquita trazem semelhanças físicas com os de Angola, Congo, Benguela, Cabinda e Moçambique. Essas etnias foram, sem dúvida, as que constituíram o povo Mesquita perpetuando, por meio do DNA, suas características africanas.

Figura 01- Localização de Cidade Ocidental

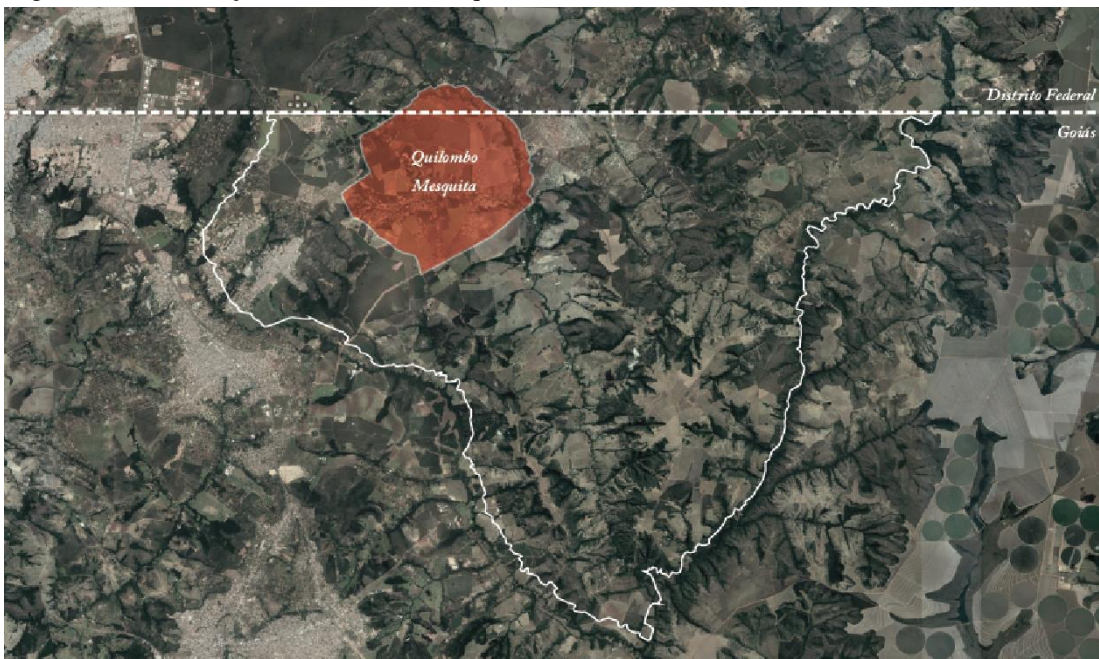


Fonte: Paulino (2017a)

O Quilombo Mesquita é uma comunidade certificada, desde 2006, é devidamente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura. Nos dias atuais ainda está em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA o Processo Administrativo nº 54700.001261/2006-82, que trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Remanescente de Quilombos Mesquita e em 29 de agosto de 2011 foi pública no Diário Oficial da União – DOU o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID.

A área delimitada corresponde a 4.292,8259 hectares pequenos em comparação com a área originalmente ocupada pela comunidade. No ano de 2018 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA reduziu a área da comunidade para 971,4 hectares, essa redução gerou revolta na comunidade e em outras comunidades quilombolas, pois essa redução poderia abrir brechas na legislação para que fosse feitas tais reduções em outras comunidades. Porém o Ministério Público entrou com uma liminar revogando a ação do INCRA e a área da comunidade voltou ao seu tamanho original.

Figura 03 – Localização do Quilombo Mesquita



Fonte: Paulino (2017a)

A comunidade contava com duas escolas de ensino fundamental e com o passar do tempo uma foi desativada, restando apenas uma com ensino de primeiro ao nono ano. No ano de 2018 foi instalado o ensino de educação infantil que conta com as séries iniciais que acontecem do maternal ao jardim de infância. Ainda não existe na comunidade escola de nível médio e nem educação técnica e profissionalizante. Quando os alunos terminam o nível fundamental é necessário se dirigir para a Cidade Ocidental para dar início ao Ensino Médio no turno diurno e para o Bairro Jardim ABC no turno noturno.

Porém o acesso à educação não acontece de maneira fácil para as pessoas negras de modo geral. Ter acesso à educação básica e superior ainda é considerada um privilégio para poucos, o nível superior ou técnico é mais complicado ainda, pois é necessário conciliar os estudos com o trabalho ou até escolher entre uma opção ou a outra. E nessa escolha é possível notar as disparidades do mercado de trabalho em que o negro que não possui um acesso educacional completo terá acesso (GONÇALVES, 2000).

O mercado de trabalho² constitui mecanismo primordial para o acesso à renda. É nele que o trabalhador busca suprir as necessidades materiais, pessoais e familiares. O mercado de trabalho também influencia nas dimensões sociológicas e estruturais da vida do trabalhador. Diante disso, a questão racial interfere nas profissões e ocupações que os trabalhadores negros irão se inserir na estrutura produtiva.

Segundo dados do IBGE, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) de 2017, observa-se que no primeiro trimestre de 2019, 63,9% das taxas de desemprego no Brasil eram de pretos ou pardos. Os brancos representavam apenas 35,2% dessa distribuição total, enquanto as pessoas negras respondiam por 12,7%. Com isso é possível notar que as taxas de desemprego entre as pessoas de cor preta ou parda possuem estimativas elevadas ao longo da coleta feita pelo PNAD Contínua. Evidenciado cada vez mais o perfil desigual do país.

Através dos movimentos sociais foi possível conquistar melhores condições e ano de 2012 foi crucial a criação de políticas públicas que buscavam garantir os direitos dos negros. Foram criadas políticas públicas voltadas para a diminuição da desigualdade social entre negros e brancos, por exemplo, as ações afirmativas de acesso ao ensino superior. A nova Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, foram aprovadas ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras no serviço público.

Todavia é possível notar que a inserção do negro no mercado de trabalho depende de uma qualificação e também conscientização das pessoas em relação à superação da desigualdade social. Boa parte dos negros ainda está fora do mercado formal de trabalho. É possível notar uma grande diferença entre o branco e negro mesmo quando o negro alcança o ensino superior. (GONÇALVES, 2000).

A PNAD Contínua mostra que 33% dos empregadores eram pretos ou pardos. Já em relação aos trabalhadores por conta própria o percentual era de 55,1% e os trabalhadores ambulantes totaliza 66,7% dessa ocupação de trabalhadores (as) negros (as).

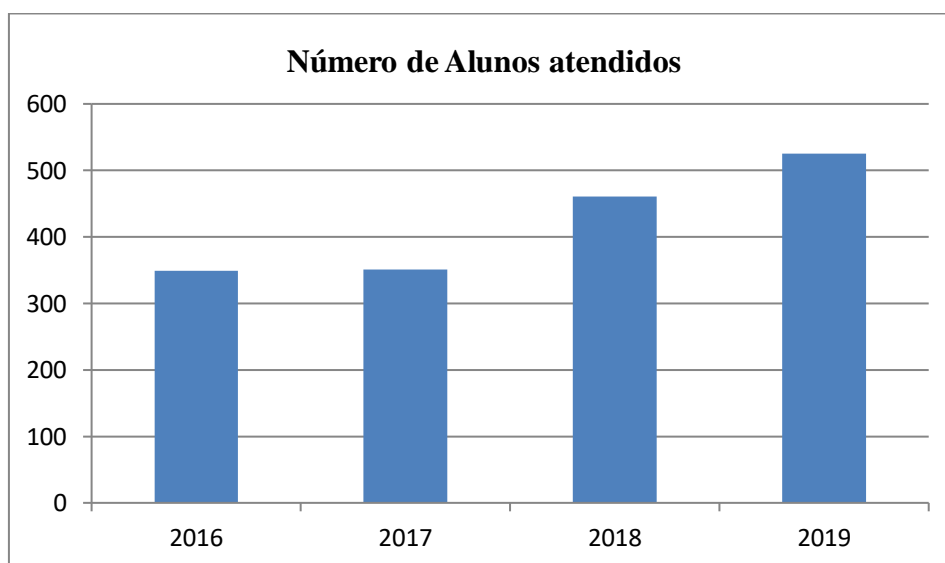
Por meio de políticas de ações afirmativas, o governo tenta assegurar de maneira igualitária a inserção do negro no mercado de trabalho. Segundo a Lei nº 12.288/2010, Capítulo V, art. 39 O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de

² A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, pág. 78).

oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

Apesar das transformações sociais e econômicas que os países têm passado e das melhorias no mercado de trabalho, a população negra não foi integrada nesses avanços, pois ela continua ocupando posições marginalizadas na sociedade. Portanto é uma luta que ainda irá persistir até que seja possível uma sociedade igualitária e justa para todos. (GONÇALVES, 2000).

Nos dias atuais a comunidade conta com uma escola de nível fundamental e uma extensão da escola com ensino infantil no bairro próximo a comunidade. A instituição era denominada Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I, porém no ano de 2021 um projeto de lei municipal mudou o nome para Escola Municipal Alípio Pereira Braga. A escola conta com uma unidade com ensino de primeiro ao nono ano e uma extensão com ensino de educação infantil. Segundo o Projeto Político Pedagógico da Secretaria de Educação de Cidade Ocidental – GO, no ano de 2016 a escola atendia 349 alunos, em 2017 351 alunos, em 2018 461 e em 2019 atendeu 525.



Fonte: Censo Escolar – Inep, 2019

4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DOS DADOS

4.2.1 Plano Municipal de Educação - Cidade Ocidental/GO - Decênio 2015-2025

O Plano Municipal de Educação – PME é um documento Decenal de Educação do Município de Cidade Ocidental, foi elaborado entre junho de 2014 a abril de 2015,

com a finalidade de atender as necessidades de um planejamento público e compartilhado. É regido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, esta aprova um prazo de um ano contado a partir da publicação da referida Lei para elaboração dos planos municipais e estaduais em acordo com diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE (PME, 2015).

O PME foi elaborado a partir das linhas do Plano Nacional de Educação e considera as peculiaridades da Cidade Ocidental. O documento foi construído a partir dos dados encontrados sobre a educação do município, esses dados abrangem todos os níveis de ensino, modalidades e etapas (PME, 2015).

A elaboração foi realizada através de conferências livres nas unidades escolares da rede pública do município, foram feitas diversas reuniões com as comissões de elaboração, duas conferências com a participação de membros da sociedade civil. Essa comissão tinha o poder de aprovar metas e estratégias constantes no PME (PME, 2015).

O PME apresenta 20 metas e 254 estratégias que fazem parte do plano de estado que busca reafirmar a consolidação das políticas públicas da gestão escolar no território de Cidade Ocidental (PME, 2015).

São diretrizes do Plano Municipal de Educação:

I- redução do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade:

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;

VIII- estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do Produto Interno Bruto - PIB municipal, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade:

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As metas do PME que abrangem a educação quilombola diretamente estão a seguir:

Meta 2- Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégia que abrange a comunidade quilombola: Garantir e construir até o final do terceiro ano de vigência deste plano, material pedagógico específica a educação quilombola, do campo e itinerante, para uso de alunos e profissionais da educação.

Meta 5- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.

Estratégia que abrange a comunidade quilombola: garantir a alfabetização de crianças do campo, indígena, quilombola e de população itinerante, com a produção de materiais didáticos específicos em parceria com o governo federal, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural da comunidade quilombola.

Meta 6- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Estratégia que abrange a comunidade quilombola: atender a escola no campo, indígena e quilombola na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

Meta 7- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo atingir as seguintes médias municipais para o IDEB.

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do EF	5,2	5,4	5,7	6,0

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos finais do EF	4,5	4,8	5,2	5,3

Estratégia que abrange a comunidade quilombola: Garantir transporte gratuito para todos os alunos estudantes da educação do campo e quilombola na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com as especificações definidas pelo INMETRO, financiamento compartilhado, com participação da união proporcional as necessidades

do Estado e do Município, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

O processo de construção do Plano Municipal de Educação contou com a participação de lideranças e defensores das questões quilombolas, foram muitos debates e falas acaloradas na defensoria do território e que os anseios da comunidade fosse levado em consideração. E durante os anos seguintes poucas coisas foram efetivadas de fato na escola da comunidade. Existe uma grande importância à construção de planos, mas o mais importante é construir algo que de fato seja implantado.

A Lei 10.639/03 Brasil (2003) estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira nas unidades educacionais de ensino fundamental e médio de todo país. Deve incluir estudos da História e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e política pertinentes à História do Brasil Esses conteúdos deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Foi também incluído no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

O Quilombo Mesquita tem 276 anos de existência e a Cidade Ocidental tem 40 anos de emancipação, existe Lei que obriga que os direitos dos quilombolas sejam assegurados, existe Lei que obriga que a Educação Quilombola seja assegurada e mesmo com tudo isso fica nítido a falta de implementação dessas Leis no território de Mesquita.

4.2.2 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alípio Pereira Braga

A Escola Municipal Alípio Pereira Braga é constituída por 6 funcionários que compõem a gestão escolar, 8 professores da 1º fase, dentre esses 4 são quilombolas e 9 professores da 2º fase. A estrutura da escola é composta por 9 salas de aula, 1 quadra de esportes, 1 cantina, 1 depósito, 1 sala de orientação, 1 sala de professores com banheiro, sala de direção com banheiro, 2 banheiros, 1 biblioteca, 1 sala de informática, 1 sala de coordenação, 1 secretária e o pátio.

Seu Projeto Político Pedagógico é composto de 120 páginas e abordam em seu conteúdo as bases legais de sua formação, a história da escola, a caracterização da

população, a composição escolar, os projetos de aprendizagem, os princípios filosóficos e outras informações que serão utilizadas no decorrer do ano letivo.

Seu PPP foi construído levando em conta a realidade que circunda a Escola e as famílias dos alunos, pois, certamente, a realidade social dos alunos afeta a sua vida escolar, e os dados levantados devem contribuir para orientar todo o organismo escolar para os fins de tratar tais indícios com a devida relevância, transformando - os em currículo, objeto de planejamento e potencial de aprendizagem (PPP, 2019).

Durante as leituras também foi observado mudanças com relação ao contexto quilombola no PPP. No PPP de 2015 constava “Optamos também por salientar a historicidade da Escola Braga I e o valor histórico-cultural que ela construiu e constrói representando a vida dos cidadãos da Comunidade Quilombola Mesquita. Dentro desta esfera, ela é sem dúvida um forte elemento da identidade local (PPP, 2015 p. 7)”. Já no PPP DE 2019 “Optamos também por salientar a historicidade da Escola Braga I e o valor histórico-cultural que ela construiu e constrói representando a vida dos cidadãos dessa comunidade (PPP, 2019 P. 9)”.

O PPP, da Escola Braga I, tem como bases legais a LDB (Lei nº 9394/96), em seu art.12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. De acordo com a proposta do PPP é de grande importância ofertar um ensino de boa qualidade, que seja um ensino de igualdade e universalidade. São propostos os seguintes projetos ao decorrer do ano letivo: Projeto Sexualidade X Drogas, Projeto leitura é essencial, Projeto Horta, Projeto: Respeito à diversidade, relações interpessoais na escola, Projeto: Relações interpessoais, ética e respeito, Projeto higiene, Projeto Recreio dirigido, Projeto família na escola e Projeto parada literária. Diretamente ligado à questão quilombola é supracitado, no PPP (2022) que deverão ser desenvolvidas com os educandos, algumas ações pertinentes às datas comemorativas: abolição da escravatura, 19 de maio dia da certificação quilombola, páscoa, dia das mães, festa junina, 15 de agosto dia de Nossa senhora da Abadia, semana do estudante, independência, semana da criança, consciência negra e natal.

O PPP foi construído tendo como base a formação cultural da comunidade e levando consideração suas festas tradicionais e sua formação agrícola. Nas falas do planejamento o ambiente escolar é uma extensão das casas das crianças e todas participam dos projetos e demandas escolares. Existe um convívio familiar com a escola e essa participação é de grande importância para a construção da formação educacional

dos alunos. O apego entre as crianças e os funcionários da escola é bem grande, muitas crianças são membros das mesmas famílias dos funcionários então fica claro que a escola é uma extensão das casas das crianças.

Portanto no PPP (2022) consta que na Escola Municipal Alípio Pereira Braga, o clima escolar é bastante agradável, tanto em relação aos discentes quanto aos funcionários em geral. É um clima familiar, pois, os alunos e os funcionários, em sua maioria, possuem algum grau parentesco. Muitos alunos apresentam carência afetiva, apegam aos professores e funcionários como se fossem filhos. Nota-se uma união maior entre os alunos nas apresentações de projetos, gincanas, campeonatos, onde, o trabalho em equipe fortalece a amizade.

Para que haja a garantia de educação de qualidade ao decorrer do ano letivo foram elaborados os seguintes projetos e ações a serem desenvolvidos no decorrer do ano letivo:

Projeto Sexualidade X Drogas: trabalho de reflexão na adolescência e pré-adolescência exigindo um leque de entendimentos e debates mais amplos que envolvam as questões culturais, sociais e afetivas. Buscando a autonomia dos mesmos com relação ao assunto em questão e que aprendam a valorizar o seu próprio corpo e do próximo. Minimizando ainda o índice da vida sexual precoce e doenças inerentes ao tema em questão, contribuir na conscientização do assunto em questão, mostrando aos alunos os malefícios causados pelos os tipos de drogas, seja lícito ou ilícito.

Projeto leitura é essencial: busca despertar no educando o desejo pela leitura de maneira criativa e inovadora

Projeto Horta: despertar no educando o cuidado com o meio ambiente escolar, cuidando do espaço interno e externo da sala ou da escola. Levando-os a reflexão sobre o ambiente que nos cerca e repensar das responsabilidades e atitudes com relação ao impacto ambiental.

Projeto: Respeito à diversidade, relações interpessoais na escola: proporcionar aos alunos, professores, pais, comunidade e demais segmento da instituição escolar momentos de reflexão, levando-os despertar a consciência em relação a sua identidade, buscando assim valorizá-la e respeitá-la como tal.

Projeto: Relações interpessoais, ética e respeito: proporcionar aos alunos, professores, pais, comunidade e demais segmento da instituição

escolar momentos de reflexão, levando-os despertar a consciência em relação a sua identidade, buscando assim valorizá-la e respeitá-la como tal.

Projeto higiene: proporcionar aos alunos a higiene não só pessoal, mas no ambiente escolar também.

Projeto Recreio dirigido: proporcionar aos alunos atividades diversificadas no horário do intervalo para que diminua o número de brigas, lesões e depredações ao patrimônio público.

Projeto família na escola: trazer a família para ter um contato maior com a escola, unificando assim a relação família X escola.

Projeto parada literária: proporcionar uma vez por semana que os alunos ao mesmo tempo parem o que estejam fazendo uma façam uma leitura com o professor regente onde ele irá levar um texto diferente e fará uma roda de leitura.

- **Projeto Leitura Ativa:** reconhecer e diferenciar tipos de textos, produzir musicais, receitas, preparar, dramatizar e socializar.
- **Projeto Gincana das Tradições:** Proporcionar ao aluno a visão macro da sua sociedade e das suas tradições locais.
- **Festa Julina das Tradições:** Elencada pelo projeto anterior, a festa permite a interação entre escola e comunidade local, trazendo toda a cultura e tradição no ambiente escolar.
- **Projeto Família na Escola:** Trazer a família para dentro da escola, com palestras e dramatizações feitas pelo corpo docente.
- **Projeto terça musical:** Será selecionado um aluno de cada turma que tenha aptidão para aprender a tocar violão no horário contrário.
- **Projeto consciência negra:** proporcionar ao aluno a importância dos negros na nossa sociedade tendo em vista que nossa escola faz parte de um quilombo, demonstrando o quanto é importante as suas tradições (PPP, 2022).

Isso demonstra uma dinamização do conhecimento e a construção de um projeto coletivo com a comunidade. As ideias não servem apenas como base no ensino do aprendizado, mas também como base na construção de cidadãos críticos e participativos para uma construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E como se trata de um projeto voltado para uma comunidade remanescente quilombola deve ser trabalhado em

ligação com a realidade local. Trabalhando assim a interdisciplinaridade e contextualização dos diferentes campos do conhecimento, por meio das disciplinas diversas, do estudo e da extensão em diversos temas da realidade dos estudantes e da comunidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O currículo da escola segundo o PPP é específico para educação quilombola. No Projeto Político Pedagógico é descrito todos os anseios das comunidades tradicionais e no papel a educação quilombola é levada em consideração, porém há a ausência de um projeto que leva em consideração os saberes coletivos do local.

No artigo Art. 10 do PPP consta, o calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério do respectivo sistema de ensino e do projeto político-pedagógico da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB. E a questão quilombola precisa fazer parte da construção escolar e da formação dos alunos para que então a comunidade se fortaleça.

A educação fornecida na escola da Comunidade Quilombola Mesquita tem como base a lei 10.639/03 e em toda construção do PPP é levado em consideração os artigos e incisos que citam a maneira que a educação quilombola deve ser oferecida. Segundo o PPP da Escola Municipal Alípio Pereira Braga são apresentados eixos fundamentais para os trabalhos pedagógicos, sendo eles: fazer com que os conteúdos deixem de ser um fim e sim um meio para ampliar a formação dos alunos e sua interação com a realidade de forma crítica e dinâmica; desenvolver a criatividade; possibilitar a resolução de problemas; relacionar o conhecimento adquirido ao cotidiano dentro de um contexto e em sua globalidade (PPP, 2022).

Observa-se que houve transformações sociais e econômicas no Brasil, mas a população negra ainda sofre com as discriminações existentes, pois não foram totalmente integradas à sociedade. Ainda existe forte discriminação em relação ao mercado de trabalho, acesso a educação fundamental, técnica e superior da população negra. Por isso, é preciso criar políticas públicas para romper com essa discriminação e inserir o negro nesses ambientes.

Todavia é importante discutir a inserção da população quilombola no mercado de trabalho, educação fundamental, técnica e superior, pois, essa população sofreu os piores castigos e ainda hoje sofre as consequências do período escravocrata do Brasil. É

de suma importância vencer as barreiras discriminatórias existentes no país para que os negros tenham acesso à ascensão social e profissional, e isso somente será possível através de educação e trabalho digno.

A ideia principal do trabalho da escola é estabelecer uma conexão entre professores, alunos e os conteúdos de aprendizagem. Essas atividades são planejadas para que o aluno se sinta inserido no ambiente educacional sem que a sua relação com a comunidade seja deixado de lado. As atividades devem fornecer todo aparato para o crescimento destes alunos e formação para o mercado de trabalho.

A questão quilombola é algo velado e não discutido dentro do ambiente escolar, na grade escolar de professores constam apenas 4 funcionários que levantam a bandeira da causa quilombola e essas professoras são as únicas que fazem parte do quadro efetivo de professores.

Os outros professores são contratados e falar sobre questões quilombolas não é recomendado por questões ideológicas e políticas. Então é muito importante que ocorra a valorização da educação quilombola e que questões políticas não façam parte do ambiente educacional e muito menos interfiram na execução do currículo da escola, visto que no projeto constam todos os pontos de uma educação quilombola inclusiva.

Analisando o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alípio Pereira Braga é possível sentir a falta do conceito e questões étnico-raciais. No decorrer do texto não foi encontrada referência ao preconceito, racismo, diversidade, pluralidade cultural. A missão da escola é buscar um ensino de qualidade e participar da formação de um cidadão crítico dentro da nossa sociedade. Os projetos não apresentam temática diretamente ligada à questão racial ou quilombola e não existe uma preocupação em combater o racismo e o preconceito no ambiente escolar.

A falta de levantamento dessas questões tem nome é o “velho racismo velado”, ele está tão enraizado na sociedade que as pessoas cometem e nem percebem o mal que estão fazendo, o quanto podem afetar no fortalecimento da identidade cultural dessas pessoas dentro da comunidade.

Por motivos políticos e ideológicos os anseios da comunidade são deixados de lado. Após a construção do PPP ele é debatido com os pais dos alunos e funcionários da escola para aprovação ou reprovação do mesmo. Porém nunca houve reprovação, pois o projeto já vem pronto e mesmo que levantados questionamentos não são levados em consideração e não ocorrem mudanças no projeto. Por fim, o projeto segue engessado e construído de forma a não favorecer a comunidade. E também é observado que algumas

questões quilombolas fazem parte do projeto, mas que estão ali apenas para fazer número e não existe a execução do mesmo no ambiente escolar.

A escola possui uma boa estrutura educacional e conta com dois blocos de salas de aula bem amplas. Área com quadra coberta para prática de educação física e recreação, salas administrativas, gestão, orientação escolar, coordenação e ampliação da cantina. Fica claro que existe um amplo investimento na educação do município e em específico na estrutura da escola da comunidade, visto que a estrutura educacional é boa, porém não ocorre adequação e ligamento com a cultura da comunidade. O município fornece a educação igualitária, ou seja, tratado a comunidade como se fosse apenas mais um de seus bairros e não oferecendo a educação que a comunidade conquistou com o título de Comunidade Quilombola.

A sede da escola atende o ensino fundamental do 1º ao 9º ano e na extensão é ofertado o ensino infantil do Maternal até o Jardim 2. A extensão da escola ainda é um prédio alugado no bairro Jardim Edith o espaço é pequeno e possui problemas de ventilação, mas existe a promessa de construção de uma nova escola no bairro e assim melhorar a estrutura da unidade infantil de ensino.

A dedicação dos funcionários é bastante exemplar e ocorre à busca para ofertar uma educação de qualidade, manter um bom relacionamento com os responsáveis pelos alunos e funcionários. A escola possui um ambiente harmônico e dinâmico, mas falta a identificação de fato de uma escola quilombola e que segue as tradições da comunidade.

O PPP merece contemplar projetos específicos que englobam a relação da cultura na escola para que ocorra uma valorização adequada das festas tradicionais da comunidade. Houve épocas que existiam projetos que ofertavam oficinas de danças culturais da comunidade. As festas tradicionais da comunidade fazem parte do calendário o que é bastante importante para valorização e respeito pela cultura da comunidade.

A maioria das festas tem ligação direta com os santos católicos e ocorrem no mês de janeiro com a Folia de São Sebastião, no mês de maio a Folia do Divino Espírito Santo, em agosto a Folia de Nossa Senhora da Abadia que é padroeira da comunidade, em outubro a Folia de Nossa Senhora da Aparecida e em dezembro a Folia de Reis. As folias são características tradicionais da comunidade quilombola Mesquita e toda população católica participa dos festejos, as festas têm vários dias de duração e a cada dia o pouso de folia ocorre na casa de uma família que fornece o jantar, café da manhã e almoço para os foliões e para os “catapouso” que são as pessoas que acompanham a

folia. Todas essas refeições são gratuitas e chegam a servir mais de mil pessoas por noite.

No mês de janeiro também ocorre a tradicional Festa do Marmelo que comemora a colheita do marmelo que é a cultura principal da comunidade. A produção de marmelo da comunidade recebeu o título de Patrimônio Imaterial de Goiás com a produção da marmelada. Mesmo acontecendo vários embates por questões políticas a cultura da comunidade é levada em consideração, porém é fato que algo pode ser melhorado afinal a comunidade permanece viva e tem muitas histórias que podem ser contadas dentro do ambiente escolar. Existe acesso à história vivida e isso não pode ser perdido por questões políticas.

Sinto uma enorme gratidão pela educação que recebi no Quilombo Mesquita, estudei apenas dois anos na antiga escola que foi desativada, mas foram poucos anos que me fizeram trilhar e buscar novos horizontes. Por muito tempo essa foi à única escola da comunidade e ela recebeu o nome de Escola Multigraduada Dona Georgina tinha apenas uma professora e uma sala de aula para 4 turmas de alunos de primeira a quarta série, a professora de chamava Dona Lita (in memória) e todos tinham um enorme respeito por ela.

Minha mãe era a merendeira da escola e por muitas vezes o lanche da escola era o nosso café da manhã, não tinha ônibus escolar e o percurso era feito a pé passando pelas matas e “trieiros” (que são caminhos abertos no meio da mata ou pastos para passagem). Em época de chuva tínhamos que passar no meio dos lamaçais, pois a mata ficava cheia de água, mas nenhum desses acontecimentos atrapalhava a nossa busca por aprender. Após esse período minha mãe foi transferida para outra escola e fui junto com ela, mas continuei estudando para buscar minhas conquistas. Quando me formei na Universidade de Brasília a Dona Lita ficou sabendo e disse que tinha muito orgulho, pois ela havia plantado a semente do aprendizado em minha vida e enfim estava florescendo.

Tenho orgulho por ter estudando toda minha vida em escola pública e ter ingressado no ensino superior na Universidade de Brasília pela lei das cotas. E depois da graduação, fiz mais dois cursos de especialização em instituições federais e todas por cotas raciais e socioeconômicas. A universidade de Brasília foi a primeira federal a utilizar o sistema de cotas e isso tem mudado as vidas de muitos jovens que não tinham perspectivas de ter acesso ao nível superior e mudando assim suas vidas.

E por isso hoje acredito que as mudanças só podem acontecer por intermédio da educação, uma educação justa e construtiva. Que leve em consideração todo contexto cultural da comunidade e o modo de vida do indivíduo. E que as políticas públicas sejam efetivadas para que os jovens pretos e pobres possam conquistar e ocupar as Universidades Públicas do Brasil que são nossas por direitos.

5.1 PROJETO INTERDISCIPLINAR

Para que o PPP abarque uma educação que contribua para o diálogo com os saberes locais e não apenas os científicos que são encontrados dentro do ambiente acadêmico, propomos um projeto interdisciplinar que reforça a tradição do povo quilombola do Mesquita, e que deve ser construído de maneira colaborativa cujo tema é a Festa do Marmelo.

Este projeto fica como sugestão para que a escola interaja com a comunidade e leve em consideração os saberes locais e tradicionais do Quilombo Mesquita. O projeto tem relação com a festa tradicional da comunidade denominada Festa do Marmelo. A festa do marmelo é uma festa tradicional do Quilombo Mesquita e celebra a colheita do mesmo e a produção da marmelada.

Título: Festa do Marmelo: tradição, saberes locais e trabalho.

Etapa de ensino: Ensino infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II.

Resumo: Comunidades tradicionais vivem protegendo seu território, seus recursos naturais, suas histórias e suas ancestralidades. O Quilombo Mesquita é uma comunidade tradicional de remanescentes quilombolas e sua formação se baseou na agricultura de subsistência. O plantio do marmeleiro (*Cydonia oblonga*) que é uma planta perene da família rosaceae, cujo fruto se chama marmelo e serve como base para fazer o doce de marmelo ou marmelada possui grande importância para a comunidade. O marmelo foi introduzido na comunidade desde a sua formação e durante anos foi considerado o principal produto da economia local. Levando todo este contexto em questão será apresentando um projeto interdisciplinar com intuito de valorizar essa produção e interligar a escola com a Festa do Marmelo. A Festa do Marmelo ocorre no início do mês de janeiro e celebra a colheita e produção da marmelada. O projeto irá abranger diversas áreas educacionais e deve envolver todos os alunos e professores da escola.

Duração sugerida: A partir do segundo semestre, com culminância na última semana de aulas. A duração de um projeto interdisciplinar deve ser construída de acordo com a abrangência, adequação e realidade da temática levantada.

Objetivos gerais: Desenvolver um projeto de trabalho interdisciplinar que dialoga com situações-problema da vida real dos estudantes do Quilombo Mesquita.

Objetivos específicos: Valorizar a história vivida pela comunidade; Valorizar o saber local e suas tradições.

Matérias de referência: **Artes-** peças teatrais sobre a festa; desfile de moda; oficinas de demonstração da produção do doce; rodas de conversas com personagens importantes da comunidade.

Geografia- trabalhar a territorialidade; proteção dos recursos naturais; demonstrar a importância da valorização das tradições.

História- trabalhar a ancestralidade na comunidade; pesquisar sobre como foi introduzido o fruto na comunidade; como era feito antigamente e o que mudou na fabricação do doce;

Matemática- trabalhar com a quantidade de área plantada; quantidade de plantio e colheita; economia; comercialização.

Português- incentivar a escrita de redação sobre o tema para que os alunos reflitam sobre a festa.

Ciências- como é feito o plantio do marmelo, a colheita, o beneficiamento e produção do doce.

Culminância: Ao final do processo, é interessante promover um evento de culminância - momento de compartilhamento do projeto, para dar visibilidade às ações realizadas e convidar toda a comunidade escolar a conhecê-las. Culminâncias podem ter vários formatos, como feiras e exposições. Fica como sugestão que o projeto pode ser encerrado com uma mostra cultural onde os alunos irão apresentar seus textos, farão as oficinas de produção do doce, peças teatrais e apresentações que englobem todo contexto da Festa do Marmelo.

A metodologia, preparação, mobilização escolar, diagnóstico, plano de ação, acompanhamento do projeto e avaliação devem ser criados em conjunto com a comunidade escolar, caso queiram desenvolver este projeto interdisciplinar. Esse caminho deve ser percorrido contando com dois importantes cuidados: alinhamento dos projetos interdisciplinares com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e contemplando as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências pelos estudantes.

5.2 GALERIA DE FOTOS

Figura 3 Marmelo



Fonte: Braga (2022)

Figura 4 Doce de Marmelo



Fonte: Braga (2022)

Figura 5 Comercialização do doce na Festa do Marmelo 2022



Fonte: Braga (2022)

Figura 6 Festa do Marmelo



Fonte: Braga (2022)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo geral de investigar como se constitui a educação fundamental na comunidade quilombola Mesquita - localizada no município de Cidade Ocidental/GO - e sua influência no fomento ao reconhecimento e valorização da cultura afrodescendente local e da identidade dos sujeitos.

Mediante o exposto foi possível observar que a escola possui grande importância e relevância para a formação do povo quilombola, pois somente através da educação é possível a sociedade se tornar mais igualitária, os alunos serão cidadãos críticos e a educação quilombola tem o papel de construir a identidade, personalidade e a relação do povo com o coletivo.

O PPP possui clareza e bons objetivos esse trabalho é muito importante para valorização da comunidade em toda construção do PPP ele cita a importância de se ter acesso a uma boa educação e a qualidade ensino ofertado na escola. Nota-se também que existe um grande desafio em relação às questões quilombolas e que é importante que o preconceito seja deixado de lado para que se ofereça uma educação de qualidade para toda comunidade.

Portanto a elaboração do Projeto Político Pedagógico não deve ficar apenas no papel e devem ser colocados em prática todos os levantamentos em relação à educação quilombola da mesma forma que é colocado às questões do fornecimento de educação

básica no município. É necessário que seja levado em conta todo o contexto histórico da comunidade e demonstrar todo esse apanhado de informações na formulação do plano de ensino que será ministrado nas escolas quilombolas. São de suma importância que seja planejado e construído escolas de nível médio, técnico e profissionalizantes dentro da comunidade e que levam em consideração todo contexto histórico e cultural da população quilombola do Mesquita.

Outro fato muito importante é que a questão política de ser ou não ser uma escola quilombola deve ser deixada para trás visto que a comunidade é reconhecida como comunidade remanescente quilombola e por isso é necessário à valorização das tradições, da cultura e da história desse povo.

Portanto vale ressaltar que seja necessária a construção em conjunto de um plano escolar que engloba as peculiaridades da comunidade levando em consideração a forma de vida, cultura, saberes regionais, alimentação tradicional e etc.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: CNE, 2011.

]

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 542p

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua. Mercado de trabalho brasileiro. 1º trimestre de 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/05/Pnad-continua-ibge-desemprego.pdf>. Acesso: 15/07/2022.

_____. Pesquisa IBGE/Desemprego entre negros e pardos. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/02/epoca-negocios-ibgedesemprego-e-de-144-entre-negros-141-entre-pardos-95-entre-brancos.html>. Acesso em: 15/07/ 2022.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O Espaço Geográfico dos Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil. Revista Brasileira de Extensão Universitária. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 52-57, jul./ dez. 2003

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Brasília. 1996. Acesso em: 08 jan. 2021

BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília. 2012. Acesso em: 08 jan. 2021

BRASIL. Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014. Recuperado em 01 setembro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso: 16/07/2022.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 8/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, Brasília: CNE/CEB, 2012.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães (organizadoras). Dimensões da inclusão no ensino médio : mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. ISBN 85-296-0040-1 364 p. (Coleção Educação para todos)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. Revista Nera, ano 20, nº. 35, jan./abr. de 2017

EVARISTO, Macaé Maria. 2º Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola. Brasília. Acesso em: 08 jan. 2021.

Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. ISBN - 85-296-0040-1 370p.(Coleção Educação para Todos)

Fundação Cultural Palmares. Comunidades de Remanescentes Quilombolas Tituladas. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em: 01/03/2021.

GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico Racial. In: *Diversidade na Educação: Reflexões e experiências*. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Set/Out/Nov/Dez 2000* Nº 15. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso: 24/07/2022.

HENRIQUES, R. Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. *Texto para Discussão nº 807*. Brasília: IPEA, 2001.

Jeanes Martins Larchert – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) Maria Waldenez de Oliveira – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) PANORAMA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL, DOSSIÊ POLÍTICAS EDUCATIVAS. Porto Alegre, v. 6, n.2, p.44-60, 2013 – ISSN: 1982-3207.

LARCHET, Jeanes Martins – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). OLIVEIRA, Maria Waldenez de – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) PANORAMA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL. São Paulo. 2013. Acesso em: 08 jan. 2021

LEITE, Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp.333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 24/02/2022

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1984.

LISBOA, D. B.. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária AGRICULTURA E PISCICULTURA FAMILIAR NO POVOADO MESQUITA: UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DESCENDENTE DE QUILOMBOLAS, Universidade de Brasília, 2018,42 páginas. Monografia. Acesso em: 08 jan. 2021

LISBOA, Danusa Benedita .BEM VIVER NO QUILOMBO MESQUITA: O saber local de uma comunidade tradicional de remanescentes quilombola- graduação em arquitetura e Urbanismo. Brasília, DF, Brasil. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. 2022.

LOPES, Dilmar Luiz .XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/CONE SUL De 03 a 05 de novembro de 2010 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DIMENSÃO DE UMA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA. Santa Catarina. 2010. Disponível em: Acesso em: 08 jan. 2021

Margarida Cássia Campos Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Tainara Sussai Gallinari Graduação em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS ESCOLAS QUILOMBOLAS NO BRASIL. REVISTA NERA – ANO 20, Nº. 35 – JANEIRO/ABRIL DE 2017 – ISSN: 1806-6755.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala – quilombos, insurreição, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NERES, Manoel Barbosa. Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência. Brasília, DF: Gráfica Conquista, 2016.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33.^a ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, Delcio Barros. AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA PRÁTICA ESCOLAR BRASILEIRA E SEUS PRESSUPOSTOS DE APRENDIZAGEM. Universidade Federal de Santa Maria.

SOARES, Edimara Gonçalves. Educação escolar quilombola: reafirmação de uma política afirmativa. XI ANPED SUL. Reunião Científica Regional da Anped. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 2016.

HENRO'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). Terra de quilombos. Rio de Janeiro: Boletim da Associação Brasileira de Antropológica. 1995